

Relatório da Administração - Exercício Social de 2019

I. Introdução

A Diretoria Executiva da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração, com os principais resultados alcançados, o qual divulga informações que possibilitam o conhecimento da Companhia, assim como seus objetivos e políticas, em complemento às peças contábeis e notas explicativas contidas nas Demonstrações Financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O documento é uma síntese completa das posturas e do desempenho dos Administradores na gestão e alocação dos recursos que se encontram a ela confiados.

II. Mensagem da Diretoria

Em atendimento à legislação vigente e ao cumprimento da sua missão institucional, a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab apresenta o Relatório de Administração (RA) do exercício de 2019. O documento destaca as principais ações realizadas no exercício, fruto do trabalho construído por seu corpo técnico e gerencial.

A força do agronegócio é indiscutível no desenvolvimento econômico do Brasil e a Conab atua de forma aderente a este cenário, executando suas políticas e programas com foco no desenvolvimento da agropecuária brasileira.

Como empresa pública, a Companhia atua também com grande responsabilidade na adoção de medidas de gestão. Em 2019, a Conab continuou investindo em boas práticas de governança corporativa. Pela terceira vez consecutiva, a Conab atingiu o nível 1, com pontuação 9,87, na 4ª Certificação do Indicador de Governança IG-Sest, do Ministério da Economia. Um destaque frente às mais de 50 estatais avaliadas em cada semestre.

Com foco na necessidade de se modernizar, reduzir custos e aprimorar seus serviços, a Companhia passa por um processo de reestruturação baseado em dois eixos: estruturante e estratégico.

No primeiro eixo – estruturante, uma série de medidas foram adotadas para que os custos sejam minimizados sem que a eficiência dos programas e atividades exercidos pela Companhia fossem comprometidos. Dentre elas destaca-se a proposta de Plano de Desligamento Incentivado (PDI), seguida do desenvolvimento do Plano de Funções aderente ao atual cenário econômico do País e moldado pelo novo modelo de estrutura organizacional que visa a adequação da Companhia ao seu volume de negócios.

O segundo eixo – estratégico que trata de ações negociais, por meio de um portfólio de projetos que objetivam o aprimoramento dos serviços prestados dentro das suas áreas de atuação. Os dois eixos seguem o direcionamento do Governo, por meio das orientações do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, com o objetivo de tornar as operações mais eficientes, com maximização de resultados e otimização dos custos.

Em 2020, a Conab completará 30 anos de existência e escolhe para si uma das mais desafiadoras missões do mundo dos negócios: transformar-se.

Pela trajetória percorrida, agradecemos aos nossos colaboradores pelos serviços prestados ao longo desses anos. Como em todas as outras empresas, seremos constantemente provocados a nos reinventar, a sermos mais rápidos, mais eficientes, mais inovadores.

Por fim, é imprescindível reconhecer que não nos faltaram o

apoio decisivo e a confiança dos membros da Assembleia Geral, dos Conselhos de Administração e Fiscal e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cujo suporte foi decisivo para as transformações que estamos executando.

A todos queremos agradecer.

A Diretoria Executiva

III. A Conab

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com sede e foro no Distrito Federal e atuação em todo o Território Nacional, é uma empresa pública de direito privado, de capital fechado, constituída nos termos do art.19, inciso II, da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, regida pelas Leis n.º 6.404/1976 e n.º 13.303/2016, Decreto n.º 8.945/2016 e pelo seu Estatuto Social.

O capital social da Conab é de R\$ 302.801.001,74, representado por 1.859.907 ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, de propriedade da União e por ela integralmente subscritas.

A Conab é o resultado da fusão de três outras empresas estatais: Companhia de Financiamento da Produção – CFP, Companhia Brasileira de Armazenamento – Cibrazem e Companhia Brasileira de Alimentos – Cobal.

Presente em todos os Estados e no Distrito Federal, a Conab desenvolve relevante papel social e econômico auxiliando na elaboração e execução de políticas agrícolas e de abastecimento do Governo Brasileiro, atuando na armazenagem de grãos e alimentos, fomento à produção, garantia de renda ao produtor rural e extrativista, gerando informações agrícolas e segurança alimentar. Contribuindo para a geração de renda e emprego no campo.

Como agente econômico, a Conab atua com o objetivo de regular o mercado de alimentos e garantir, por um lado, o abastecimento de áreas carentes de oferta, e por outro, o preço mínimo dos produtos de comunidades e cooperativas que vivem do extrativismo. Também realiza ações do Governo Federal para atender a população que se encontra em risco alimentar e nutricional nos rincões do país e, até mesmo, em ações humanitárias em outros países com deficiência na produção de alimentos e/ou afetados por calamidades que venham comprometer a sobrevivência dos atingidos.

A participação eficiente, eficaz e efetiva em todas as ações acima citadas, requer uma Companhia estruturada, com profissionais capacitados e atuantes, com foco em objetivos e estratégias claramente definidos.

A Conab retomou o Planejamento Estratégico por meio de metodologia participativa envolvendo todas as suas áreas, elaborando planos e metas que norteiam os rumos da organização, e redefinindo a sua missão que representa a razão de ser da Companhia, e a visão que define como deseja ser vista no futuro.

Deste modo, concebeu-se a missão da Conab: “Prover Inteligência agropecuária e participar da formulação e execução de políticas públicas, contribuindo para a regularidade do abastecimento e formação de renda do produtor rural”.

A missão expressa o seu compromisso em atender as necessidades e demandas da sociedade. Ela é balizada por sua Visão: “Ser

referência como empresa de inteligência, formulação e execução de políticas voltadas à agropecuária e ao abastecimento”

IV. Governança Corporativa, estrutura organizacional e força de trabalho**1. Governança Corporativa**

A Conab adota, sistematicamente, práticas de governança corporativa, seguindo procedimentos de gestão compatíveis com as normas do setor e garantindo padrões de transparência.

Na busca pela excelência, a Conab tem aprimorado o seu modelo de governança, que mereceu avaliação positiva da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – alcançando por três vezes consecutivas o nível 1 do índice IG-Sest.

2. Inovação

O InovaConab foi lançado em 2017 e tem como objetivo estimular a implementação de ações e projetos que resultem na melhoria das atividades da Companhia.

Tabela 1 - Inova Conab

ANO	NÚMERO DE PROJETOS INSCRITOS
2016/2017	23
2017/2018	26
2018/2019	42

Fonte: Conab

Na edição 2018/2019, foram 42 projetos apresentados que concorreram nas seguintes áreas temáticas: Gestão e Suporte; Políticas Públicas; Conhecimento Agropecuário e Regulação e Abastecimento.

3. Estrutura Orgânica

A estrutura orgânica da Conab contempla, a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal, como também os Comitês Estatutários.

3.1. Assembleia Geral

Constitui-se no órgão máximo da Companhia, com poderes de deliberação sobre todos os negócios relativos ao objeto social da Companhia, nos termos das Leis N.ºs 6.404/1976 e 13.303/2016, do Decreto N.º 8.945/2016, e demais diplomas legais aplicáveis à espécie. É composta pelo representante do acionista com direito a voto e os trabalhos são dirigidos pelo Diretor-Presidente.

3.2. Conselho de Administração

Órgão de natureza colegiada e com autonomia dentro de suas prerrogativas e responsabilidades fixadas pela Lei das Sociedades Anônimas e pelo Estatuto Social, como também pelo disposto na Lei das Estatais e nas diretrizes Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE.

3.3. Diretoria Executiva

Composta pelo Diretor-Presidente e quatro Diretores-Executivos, é o órgão executivo de administração e representação, com a incumbência de assegurar o funcionamento regular da Companhia, de conformidade com as diretrizes e orientações emanadas do Conselho de Administração.

3.4. Conselho Fiscal

Órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual. É composto de três membros efetivos e respectivos suplentes, indicados Ministério da Economia e Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

4. Força de Trabalho

A Conab encerrou o exercício de 2019 com 3.962 colaboradores, distribuídos pela Matriz, vinte e sete Sedes de Superintendências Regionais e noventa e dois complexos armazenadores (vinte e sete em fase de desativação).

Tabela 2 - Quadro por situação funcional

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE					
	31/12/2018		31/12/2019		VARIÇÃO	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
QUADRO PERMANENTE	3.990	98,91%	3.935	99,32%	(55)	0,41%
Contratos Ininterruptos	1.980	49,62%	1.952	49,61%	(28)	-0,02%
Anistiados	1.730	43,36%	1.706	43,35%	(24)	0,00%
Reintegrados	280	7,02%	277	7,04%	(3)	0,02%
EXTRA QUADRO	44	1,09%	27	0,68%	(17)	-0,41%
Membros da Diretoria	3	0,07%	4	14,81%	1	14,74%
Requisitados	1	0,02%	1	3,70%	-	3,68%
Contrato Especial	40	0,99%	22	81,48%	(18)	80,49%
TOTAL	4.034	100%	3.962	100%		

Fonte: Conab

V. Desempenho Corporativo nos Negócios Sociais

1. Desempenho operacional

Em cumprimento da sua missão institucional, e em conformidade com as suas competências estatutárias, a Conab, no transcorrer do exercício de 2019, teve mais uma vez atuação marcante nos programas por ela executados, com destaque para:

1.1. Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização e Escoamento de Produtos Agropecuários

Além das Aquisições do Governo Federal - AGF e dos Contratos Públicos de Opção de Compra e Venda, a Conab também é responsável pela operacionalização dos instrumentos de política agrícola, a exemplo do Prêmio para Escoamento do Produto - PEP e Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural - PEPRO, Subvenção Econômica aos Produtores Extrativistas, entre outros instrumentos.

1.2. Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural - PEPRO

Prêmio concedido ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o valor de referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão.

Tabela 3 - Desembolso nas operações Pepro em 2019

PRODUTO	VALORES EM R\$	%
Arroz	6.885.969	18%
Algodão	1.811.913	5%
Borracha	1.125	0%
Milho	28.861.699	77%
SUBTOTAL	37.560.706	100%

Continua...

PRODUTO	VALORES EM R\$	%
Comissão de Bolsa	1.838	0,005%
TOTAL	37.562.544	

Fonte: Conab

No transcorrer do exercício de 2019 foram aplicados R\$ 37.562.544.

1.3. Prêmio para Escoamento do Produto - PEP

Instrumento de política agrícola em que é concedido aos interessados em adquirir produtos diretamente ao produtor e/ou cooperativa, com garantia do valor de referência, sob a condição de proceder o escoamento da safra para a região de consumo.

Tabela 4 - Desembolso nas operações PEP em 2019

PRODUTO	VALORES EM R\$	%
Arroz	15.338.652	60%
Milho	9.821.625	38%
Trigo	576.000	2%
TOTAL	25.736.277	100%

Fonte: Conab

No transcorrer do exercício de 2019 foram aplicados R\$ 25.736.277.

1.4. Subvenção Econômica aos Produtores Extrativistas

Subvenção concedida diretamente aos extrativistas portadores de Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, ou ainda, às associações ou cooperativas com DAP jurídica, que tenham efetuado a venda de seu produto por preço de mercado e este tenha sido inferior ao preço mínimo fixado pelo Governo Federal.

Tabela 5 - Subvenção aos Produtores Extrativistas - 2019

PRODUTO	VALORES EM R\$	%
Açaí	463.413	2,23%
Andiroba (Amêndoa)	30.487	0,15%
Babaçu	9.444.749	45,46%
Borracha nativa	1.318.183	6,34%
Juçara	4.000	0,02%
Macaúba (fruto)	150.790	0,73%
Buriti	41.603	0,20%
Mangaba	2.030.071	9,77%
Pinhão (fruto)	3.595.485	17,31%
Cacau	14.522	0,07%
Pequi	3.292.360	15,85%
Umbu	390.253	1,88%
TOTAL	20.775.916	100,00%

Fonte: Conab

No exercício de 2019 foram pagos R\$ 20.775.916.

1.5. Formação dos Estoques Públicos

A Conab promove a aquisição de produtos pelo preço mínimo estabelecido ou oriundo de Contratos de Opção de Compra e Venda, destinados à composição dos Estoques Reguladores e Estratégicos. A administração desses estoques é realizada pela Companhia, de forma a manter a regularidade do abastecimento interno e da segurança alimentar e nutricional da população, além de regular os preços de mercado e garantir a estabilidade da oferta e demanda de alimentos.

Relativamente às aquisições de produtos por meio de Contratos de Opção, constitui-se em uma modalidade de seguro de preços que dá ao produtor rural e/ou sua cooperativa o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. Objetiva proteger o produtor rural e/ou sua cooperativa contra os riscos de queda de preços.

Tabela 6 - Posição dos estoques em 31/12/2019 - em toneladas

PRODUTO	CONAB	TERCEIROS	TOTAL	%
Café	30,7	0	30,7	0,01%
Milho	34.700,8	344.020,5	378.721,3	93,92%
Arroz	0	21.592,4	21.592,4	5,35%
Farinha de mandioca	28,5	0	28,5	0,01%
Trigo	1.199,70	1.649,30	2.849	0,71%
TOTAL	35.959,7	367.262,2	403.221,9	100,00%

Fonte: Conab

Cumprido, ainda, mencionar que o saldo dos estoques governamentais posicionado em 31/12/2019 situou-se no patamar de 403.221,9 toneladas. Consta-se que 378.721,3 toneladas são representadas por milho em grão.

1.6. Comercialização dos Estoques Públicos

A intervenção governamental na comercialização dos estoques reguladores e estratégicos é realizada por meio de leilão eletrônico, observadas as necessidades de cada região ou quando identificadas áreas com altas de preços, com o propósito de regular o mercado, garantindo preços justos aos consumidores finais e eliminando ou atenuando os movimentos especulativos.

Para tanto, tendo em vista que a cultura de milho encontra-se com valor acima do Preço de Liberação dos Estoques Públicos - PLE, foram realizadas operações de venda de 277 milhões de kg do produto com o valor negociado em leilão de R\$ 119,8 milhões.

1.7. Programa de Aquisição de Alimentos

Em decorrência dos termos de cooperação firmados com o Ministério da Cidadania - MC e a Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA, a Conab é a responsável pela operacionalização do programa, cujo objetivo básico é o de garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade, necessários às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, como também promover a inclusão social no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

Em 2019, a Conab operacionalizou R\$ 41.380.857,26 de recursos oriundos do Ministério da Cidadania (MC) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para a contratação de novos projetos. Esses recursos foram distribuídos entre as modalidades Compra com Doação Simultânea - CDS (R\$ 32.319.855,00), Aquisição de Sementes (R\$ 4.329.728,00), Apoio à Formação de Estoques - CPR-Estoque (R\$ 4.731.274,00), entre recursos que envolvem a operacionalização do Programa, além das despesas com impostos.

Os valores utilizados nas modalidades operacionalizadas pela Conab, possibilitaram a comercialização de 14.309 toneladas de alimentos produzidos por 5.885 agricultores familiares, organizados em Cooperativas ou Associações que apresentaram à Conab 376 projetos de CDS e CPR-Estoque e para na modalidade de Aquisição de Sementes foram contemplados 17 planos de distribuição.

O PAA tem como uma das suas características a diversidade de produtos que podem ser adquiridos. Em 2019, foram contratados para entrega mais de 200 tipos de produtos, na modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS), com destaque para as frutas e os hortigranjeiros, com 75% das aquisições.

Ao longo dos anos de operações do PAA pela Conab, muitas famílias de agricultores familiares têm sido beneficiadas pela venda de seus produtos ao Governo Federal, obtendo garantia de renda e melhoria da qualidade de vida. No ano de 2019, o total de agricultores familiares foi de 5.885 em todo o Brasil, gerando uma renda média, por agricultor familiar, de R\$ 7.000,00.

Para as entregas realizadas no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2019 da modalidade Compra com Doação Simultânea temos:

- R\$ 50 milhões em produtos da agricultura familiar entregues;
- 12.611 agricultores familiares entregaram seus produtos;
- 856 Cooperativas/Associações participaram da operação;
- 523 municípios com projetos em execução;

- 223 tipos de produtos entregues;
- 18 mil toneladas em alimentos entregues.

1.8. Programa de Distribuição de Alimentos

Trata-se de uma política pública de segurança alimentar, de caráter emergencial e complementar a outras iniciativas. Inserida no contexto das políticas de segurança alimentar e nutricional, coordenada pelo Ministério da Cidadania e executada pela Conab, a Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Tradicionais Específicos – ADA objetiva a distribuição de alimentos para atendimento a famílias de segmentos específicos (atualmente indígenas e quilombolas) que se encontram em situação de vulnerabilidade e de insegurança alimentar e nutricional.

A materialização de tal iniciativa é realizada por meio de recursos repassados pelo Ministério da Cidadania, que viabilizou, em 2019, a distribuição de 284.644 cestas básicas a 69.566 famílias.

1.9. Programa de Vendas em Balcão

O programa, denominado de Vendas em Balcão, garante a oferta de milho dos estoques governamentais aos pequenos suinocultores, avicultores, granjeiros, moinhos coloniais e outros, em suas respectivas regiões, e a preços que propicie à viabilização desse tipo de empreendimento.

Em 2019 o programa beneficiou 19.142 clientes, comercializando 135.826 toneladas de alimentos através de 86.336 atendimentos.

1.10. Ajuda Humanitária Internacional

Tem como objetivo prestar assistência humanitária, por meio de doação de alimentos, a países em situação de vulnerabilidade social e econômica, como também nos casos de calamidades públicas, provocadas por desastres.

Em 2019 foram distribuídas 26.858 toneladas de arroz (Gaza/Palestina) e Leite em Pó (Venezuela).

1.11. Execução dos Serviços de Armazenagem

Dispondo de uma rede armazenadora própria, a Conab atua no segmento de forma supletiva, além de prestar suporte na manutenção dos estoques públicos e dos programas sociais. No transcorrer do exercício de 2019, a rede movimentou aproximadamente um milhão de toneladas de produtos, sendo 59,7% de terceiros e 40,3% de estoques públicos.

Além da rede própria, a Conab também promove o gerenciamento do Cadastro Nacional de Armazéns composto por 16.530 armazéns cadastrados, com capacidade estática de 149,4 milhões de toneladas.

1.12. Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro

O Programa tem como finalidade básica contribuir para o desenvolvimento e a modernização do setor hortigranjeiro nacional, proporcionando maior interação entre os diversos agentes.

O propósito é que a Conab seja uma indutora de um processo de melhoria e modernização em todas as fases de produção, acondicionamento, armazenamento, conservação, transporte e comercialização de produtos hortigranjeiros, objetivando, em última instância, a garantia do abastecimento, o apoio aos produtores de pequeno porte e a segurança alimentar e nutricional das populações.

O Programa conta, entre suas principais ferramentas disponíveis, um sistema de informações sobre a comercialização de produtos hortigranjeiros nas Centrais de Abastecimento – Ceasa's localizadas no País. Referida plataforma possibilita o acompanhamento de preços, análises de mercado, análise das séries históricas, identificação das regiões produtoras, entre outras informações de grande importância para os agentes envolvidos no setor.

A parcerias para a comercialização de produtos, por meio da Portaria Mapa N.º 267/2019, foi criado Grupo de Trabalho, com o objetivo de, sob a coordenação da Conab, discutir ações voltadas à modernização das Centrais de Abastecimento, envolvendo produção e escoamento, desenvolvimento da inteligência do setor, estruturação dos ambientes de comercialização, incentivos às boas práticas agrícolas, promoção da segurança alimentar e nutricional, entre outras variáveis.

1.13. Fiscalização dos Estoques Públicos

As ações de fiscalização dos estoques públicos em 2019 contaram com mais de 632 visitas in loco, quando foi realizada a vistoria quantitativa com 174 fiscais, em números acumulados, de forma a identificar perdas, desvios e condições inadequadas de manutenção e conservação dos estoques, abrangendo um universo de 3.286.055 toneladas de produtos estocados.

O processo de fiscalização, cada vez mais intenso, vem contribuindo de forma decisiva para a mitigação dos índices de perdas e inibição de desvios, tendo sido observado uma redução dessas ocorrências.

A fiscalização das operações da PGPM – Bio (Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade) foram realizadas 464 vistorias em dez Unidades da Federação, envolvendo treze produtos.

Mencionem-se, ainda, a fiscalização do prêmio do Seguro Rural, realizadas 433 operações em 17 Unidades da Federação.

No que se refere ao seguro rural, as ações executadas pela Conab envolvem, entre outros aspectos, a verificação das informações apresentadas nas apólices, marcação de coordenadas geográficas, dimensionamento das lavouras e elaboração dos laudos de fiscalização em cada propriedade.

Em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foram fiscalizadas, a partir do mês de setembro de 2019, 365 Apólices.

A fiscalização das operações relacionadas ao Programa de Aquisição de Alimentos, com Compra com Doação Simultânea – PAA/CDS envolveram 124 Projetos, 550 Beneficiários/Fornecedores e 164 Unidades receptoras dos produtos.

1.14. Inteligência Agropecuária

O acompanhamento das safras de grãos, café e cana-de-açúcar, proveu a sociedade de um quadro conjuntural a respeito das culturas pesquisadas, tais como estimativas de áreas de cultivo e previsões de impactos na produtividade das lavouras. Para tanto, foram utilizados recursos tecnológicos de ponta, como modelos estatísticos, sensoriamento remoto, posicionamento por satélite (GPS), sistemas de informações geográficas e modelos agrometeorológicos/espectrais.

Além disso, foram disponibilizados mapeamento das principais culturas agrícolas do país (arroz irrigado, café, cana-de-açúcar, culturas de inverno e de verão), o que contribuiu para o fortalecimento da capacidade de produzir e divulgar previsões relevantes, oportunas e precisas da produção agrícola. Essas informações sobre a localização das áreas de cultivo permitiram a sua quantificação, o acompanhamento da dinâmica do uso do solo e auxiliou no monitoramento agrícola, por meio de parâmetros agrometeorológicos e espectrais.

Em 2019, as páginas do Portal da Conab (www.conab.gov.br) foram acessadas mais de 7,3 milhões de vezes. Informações agropecuárias são os assuntos que despertaram maior interesse dos usuários de Internet e contou com 1,483 milhão de visualizações, sendo que em média 50% delas foi sobre safras de grãos, café ou cana-de-açúcar.

No total, além do Brasil, 152 países visitaram o site. Os estados que mais acessaram estão entre os principais produtores agropecuários como São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, Paraná e Mato Grosso. Também, conectaram-se às páginas de Internet da Conab, os maiores parceiros comerciais brasileiros, entre eles, a China, os Estados Unidos, o Japão, a Índia, a Inglaterra, a Argentina e os países que pertencem à União Europeia: Alemanha, França, Portugal,

Itália e demais.

A propagação dessas informações ocorre por causa da integração entre as mídias digitais da Companhia com publicações no Portal Institucional, Facebook, Twitter, Youtube, LinkedIn e Conabcast. O Conabcast, mídia que permite disseminar informações em áudio, teve, por exemplo, mais de 50 mil downloads sobre os temas tratados referentes às informações agropecuárias, como sobre safras e hortigranjeiros. O Youtube teve mais de 21 mil visualizações de transmissões de anúncios também sobre a mesma temática.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

As demonstrações contábeis, demonstram fatores determinantes para os resultados, sejam eles de lucro ou prejuízo.

Tais fatores afetam a situação patrimonial que é apresentada por meio das demonstrações contábeis tradicionais e de relatórios de exceção, específicos para determinadas finalidades.

Os principais indicadores econômico-financeiros da Companhia estão contidos na sua Demonstração dos Resultados do Exercício – DRE, conforme descrito abaixo:

Tabela 7 - Demonstração dos Resultados do Exercício - DRE

DETALHAMENTO	2019	2018
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	233.528.199,02	302.702.589,66
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	210.916.023,18	271.424.975,11
Vendas Estoques Estratégicos	198.764.863,04	239.144.781,38
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	12.151.160,14	32.280.193,73
RECEITA DE SERVIÇOS	22.612.175,84	31.277.614,55
Serviços de Armazenagem/ Aluguéis	22.612.175,84	31.277.614,55
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	6.654.867,54	15.721.713,41
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	226.873.331,48	286.980.876,25
(-)CUSTO LÍQUIDO DAS VENDAS E SERVIÇOS	206.998.521,71	258.644.949,37
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	390.413.863,53	659.683.363,73
CMV - Estoques Reguladores - PGPM/MO	390.413.863,53	659.683.363,73
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	183.415.341,82	401.038.414,36
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	19.874.809,77	28.335.926,88
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	1.192.469.820,47	1.070.543.498,27
(-)DESPESAS DE PESSOAL	929.504.058,86	845.573.672,42
Remuneração a Pessoal	511.737.652,50	478.920.103,84
Sentenças Judiciais	223.407,68	32.388.546,03
Obrigações Patronais	179.644.063,49	167.597.503,34
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	103.270.266,59	21.545.090,82
Benefícios a Pessoal	16.636.143,44	15.731.583,24
Outras Despesas Variáveis-Pessoal Civil	117.992.525,16	129.390.845,15
(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	262.965.761,61	224.969.825,85
Despesas/Receitas Financeiras	(71.154,80)	(156.035,53)
Consumo de Materiais	3.936.627,76	5.540.781,49
Diárias	3.902.177,56	6.037.631,75

Continua...

Serviços Técnicos Profissionais - Pessoa Física	2.268.019,87	2.052.043,82
Serviços Técnicos Profissionais - Pessoa Jurídica	168.310.294,44	175.751.805,73
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.878.652,72	7.880.844,76
Outras Despesas Operacionais	77.741.144,06	27.862.753,83
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	112.865.626,92	113.807.536,00
Transferências Financeiras	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora	8.668.957,92	10.766.375,11
Indenizações e Restituições	20.280.638,32	16.865.299,89
Receitas de Valores Imobiliários	185.891,02	165.411,38
Receitas Diversas	83.730.139,66	86.010.449,62
(+)OUTROS RESULTADOS	600.857,15	22.812.265,28
Alienação de Bens Móveis	(364.355,31)	(539.218,31)
Alienação de Bens Imóveis	5.790.944,85	23.322.190,40
Desincorporação de Ativos	(4.880.942,05)	(54.172.903,09)
Incorporação de Ativos	55.209,66	54.202.196,28
(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA	0,00	0,00
RESULTADO ANTES DAS SUBVENÇÕES DO TES. NACIONAL	(1.059.128.526,63)	(905.587.770,11)
(+)SUBVENÇÕES DO TESOUREIRO NACIONAL	1.042.503.178,23	899.490.734,82
REPASSE DE CUSTEIO/PESSOAL	1.042.503.178,23	899.490.734,82
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(16.625.348,40)	(6.097.035,29)
Imposto de Renda a Recolher	0,00	0,00
Contribuição Social Sobre o Lucro a Recolher	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(16.625.348,40)	(6.097.035,29)
LUCRO/PREJUÍZO POR AÇÃO	(8,94)	(3,28)

Fonte: Conab

Conforme as demonstrações constantes da prestação de contas do exercício de 2019, o resultado econômico consolidado (antes do IRPJ e Contribuição Social) ficou deficitário em R\$16.625.348,40.

2.1. Comportamento das Receitas

Na comparação 2019 versus 2018, as receitas de vendas de mercadorias e prestação de serviços tiveram um decréscimo de 22,85%. A receita de vendas representou 90,32% do conjunto dos ingressos, sendo oriundas exclusivamente da comercialização dos estoques públicos, no contexto da execução da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM.

Tabela 8 - Comportamento das receitas 2019-2018

DETALHAMENTO	2019	2018
Receita de vendas e serviços	233.528.199,02	302.702.589,66
Receita de vendas de mercadorias	210.916.023,18	271.424.975,11
Receita de serviços	22.612.175,84	31.277.614,55

Fonte: Conab

Nesse sentido, a comercialização dos estoques públicos vinculados à PGPM está sujeita às flutuações de mercado que exigem a intervenção governamental, daí as bruscas oscilações nas receitas observadas ao longo da série histórica.

2.2. Comportamento das Despesas

Nas despesas operacionais de um exercício para outro, identificou-se um acréscimo de 11,40%.

Tabela 9 - Comportamento das despesas 2019-2018

DETALHAMENTO	2019	2018
(-) Despesas Operacionais	1.192.469.820,47	1.070.543.498,27
(-) Despesas de pessoal	929.504.058,86	845.573.672,42
(-) Despesas comerciais e administrativas	262.965.761,61	224.969.825,85

Fonte: Conab

Buscou-se com esse breve relato produzir informações sobre a posição patrimonial e de resultados relevantes, atrelado ao fluxo financeiro. Objetivando demonstrar os resultados gerenciais dos fatos ocorridos no ano de 2019 de forma clara e de fácil compreensão para todos os interessados.

VI. Fatos Administrativos Relevantes do Exercício

1. Organizacional

Nova Estrutura Organizacional da Conab: O trabalho objetivou propor uma nova estrutura organizacional para a Conab tanto Matriz, quanto para as Superintendências Regionais levando em consideração a necessidade de minimizar os custos com estruturas orgânicas sem perder a eficácia e eficiência dos programas e atividades exercidas pela Companhia.

Ações Judiciais: A Conab obteve vitória em 69% das ações nas quais houve a decisão final do juiz em 2019. Quando analisados os êxitos obtidos pela Companhia, o percentual é maior nas ações trabalhistas, cuja vitória foi dada à Conab 84% das vezes. Já na área cível, a Conab ganhou em 66% dos processos.

2. Pessoal

Elaboração da Proposta do Novo Plano de Desligamento Incentivado: A Companhia elaborou a proposta do PDI e após análise a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), do Ministério da Economia, encaminhou sua proposta para o Plano de Demissão Incentivada (PDI) à Diretoria Executiva da Conab. O documento solicita que a Companhia consulte a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) para suporte das despesas relacionadas à implementação do Plano.

Plano de Funções da Conab: A Companhia elaborou a proposta do seu novo Plano de Funções o documento que estabelece os princípios, as normas, os mecanismos e os procedimentos de gestão dos Cargos em Comissão – CC e das Funções Gratificadas - FG no âmbito da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituindo-se em uma ferramenta indispensável à gestão focada em uma visão de futuro e nos novos desafios da Companhia. O Plano encontra-se em análise da Sest.

Plano de Gestão de Desempenho: Realizada a Reestruturação da Gestão de Desempenho da Conab em 2018 e 2019, por meio de Termo de Cooperação Técnica com a UnB, com o aprimoramento no modelo de gestão de desempenho da Companhia, usando uma modelagem com aparato metodológico e tecnológico, alinhado aos diversos aspectos que compõem a dinâmica organizacional da Conab – estratégicos, culturais, estruturais e de pessoal. O princípio norteado desse novo modelo é a construção do Plano de Trabalho individual.

Realização da Avaliação de Desempenho na Companhia: A Avaliação de Desempenho dos empregados da Companhia ocorreu em toda a Companhia – Matriz, Regionais e Cedidos a órgãos do governo federal, e contou com a participação de aproximadamente 3.500 (três mil e quinhentos) empregados. Resultou na promoção por mérito de 1.319 empregados.

Universidade Corporativa da Conab – UniConab: O Portal da UniConab foi reformulado para se tornar mais atraente e ampliar as ofertas de capacitação ao corpo funcional. Nele, foram disponibilizados mais de 100 cursos online gratuitos de instituições parceiras a todos os empregados da Companhia.

Número total de capacitações realizadas: Em 2019, foram realizadas 5.445 capacitações pelos empregados da Companhia. Com relação à meta de capacitação definida no Planejamento Estratégico da Companhia – 44% de empregados capacitados em treinamentos com carga horária mínima de 16 h/a – o resultado atingido foi de 47,81%, superando a meta proposta.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2019

NEWTON ARAÚJO SILVA JÚNIOR
Diretor-Presidente

BRUNO SCALON CORDEIRO
Diretor-Executivo de Operações e Abastecimento

CLÁUDIO RANGEL PINHEIRO
Diretor-Executivo de Gestão de Pessoa

GUILHERME SORIA BASTOS
Diretor-Executivo de Política Agrícola e Informações

JOSÉ FERREIRA DA COSTA NETO
Diretor-Executivo Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Ativo	Nota	Valores em R\$ mil	
		2019	2018
CIRCULANTE		1.435.609	1.169.173
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		269.475	233.381
Aplicações Financeiras		984	1.067
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento		225.166	190.465
Lim. de Saque c/Vinc. Pagto. Ordem Pagto - OFSS		43.325	41.849
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	5	10.875	27.486
Clientes	5.1	10.875	27.486
DEMAIS CRÉD. E VAL. A CURTO PRAZO	6	760.787	280.459
Adiantamentos Concedidos	6.1	6.913	6.637
Adiantamentos a Pessoal		6.913	6.623
Suprimento de Fundos - Adiantamento		0	14
Tributos a Recuperar/Compensar	6.2	175.550	195.284
Créditos Tributários		177.128	196.862
(-)Ajustes Perdas Demais Créditos e Valores		(1.578)	(1.578)
Outros Créd. a Rec. e Valores a Curto Prazo	6.3	578.324	78.538
ESTOQUES	7	394.468	627.842
Mercadorias para Revenda		314.640	508.596
Materiais em Trânsito		146	1.112
Almoxarifado e Estoques para Distribuição e Outros		3.441	3.855
Estoques para Doação e/ou Permuta		26	50
Compra Antecipada - Entrega Futura		76.215	114.229
VPDS PAGAS ANTECIPADAMENTE		4	5
Despesas Antecipadas		4	5
NÃO CIRCULANTE		2.115.146	809.114
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.966.895	618.441
Créditos a Longo Prazo	8	5.018	2.278
Clientes	8.1	5.018	2.278
Faturas/Duplic. a Receber - Prestação de Serviços		5.018	2.278
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	8.2	1.961.877	616.163
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros		29	22
Tributos a Recuperar/Compensar		20	20
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		57.276	58.757
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo		1.904.552	557.364
INVESTIMENTOS	4.6	8.028	28.974
Participações Permanentes		6.831	27.777
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		28.524	28.567
(-)Redução ao Valor Recuperável de Investimentos		(21.693)	(790)
Demais Investimentos Permanentes		1.197	1.197
Demais Investimentos Permanentes		1.197	1.197
IMOBILIZADO	4.8	138.858	159.683
Bens Móveis		11.486	17.131
Bens Móveis		107.741	108.925
(-)Depreciações		(95.948)	(91.794)
(-)Redução ao Valor Rec. de Imobilizado - Móveis		(307)	0,00
Bens Imóveis		127.372	142.552
Bens Imóveis		337.226	344.710
(-)Depreciações		(209.854)	(202.158)
INTANGÍVEL	4.8.1	1.365	2.016
TOTAL		3.550.755	1.978.287

Passivo	Nota	Valores em R\$ mil	
		2019	2018
CIRCULANTE	9	1.795.583	1.604.828
OBRIGAÇÕES TRAB. PREV. E ASSIT. A PAGAR	9.1	123.227	121.210
Pessoal a Pagar		82.665	81.166
Benefícios Previdenciários a Pagar		40.329	259
Encargos Sociais a Pagar		233	39.785
OPERAÇÕES ESPECIAIS	9.2	909.088	1.138.812
Operações Especiais		909.088	1.138.812
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO		763.268	344.806
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	9.3	13.694	23.677
Fornecedores Nacionais		441	2.072
Contas a Pagar Credores Nacionais		13.253	21.605
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	9.4	822	1.422
Obrig. Fiscais com a União, Est. e Municípios		822	1.422
Provisões de Curto Prazo	9.5	36.153	74.470
Provisões a Curto Prazo		36.153	74.470
Demais Obrigações a Curto Prazo		712.599	245.237
Adiantamentos de Clientes	9.6	9.408	1.556
Consignações	9.8	12.652	12.794
Depósitos Judiciais	9.8	17	2
Depósitos e Cauções Recebidos	9.8	8.692	8.904
Indenizações, Restituições e Compensações	9.8	10.277	10.527
Diárias a Pagar	9.8	1	1
Pecatórios a Pagar	9.8	70	0
Entidades Credoras	9.7	166.259	205.702
Entidades Credoras - Est., DF e Municípios	9.8	2.733	3.175
Subvenções a Pagar	9.8	0	2.576
Transferências Financeiras a Comprovar -TED	9.9	502.490	0
NÃO - CIRCULANTE		1.402.278	3.940
OBRIGAÇÕES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR		2	2
Pessoal a Pagar		2	2
PROVISÕES A LONGO PRAZO	10	491.240	3.216
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo		268.037	0
Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo		3.216	3.216
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo		219.987	0
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	11	911.036	722
Depósitos e Cauções Recebidos		722	722
Entidades Privadas de Previdência		910.314	0
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	352.894	369.519
Capital	12.1	302.801	302.801
RESERVAS		50.093	66.718
Reservas de Lucros	12.2	50.093	66.718
Reserva Legal		19.196	19.196
Reservas de Lucros para Expansão		30.897	47.522
TOTAL		3.550.755	1.978.287

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Detalhamento	Nota	Valores em R\$ mil	
		2019	2018
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	14.1	233.528	302.703
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS		210.916	271.425
Vendas Estoques Estratégicos		198.765	239.145
Vendas Estoques Reguladores-PGPM		12.151	32.280
RECEITA DE SERVIÇOS		22.612	31.278
Serviços de Armazenagem/Aluguéis		22.612	31.278
(-)DEDUÇÕES DAS REC. DE VENDAS E SERVIÇOS	14.2	6.655	15.722
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS		226.873	286.981
(-)CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		206.999	258.645
CMV - Estoques Reguladores - PGPM/MO	14.3	390.414	659.683
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	7.1	183.415	401.038
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	14.4	19.874	28.336
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	14.5	1.192.469	1.070.543
(-)DESPESAS DE PESSOAL		929.503	845.574
Remuneração a Pessoal		511.738	478.920
Sentenças Judiciais		223	32.389
Obrigações Patronais		179.644	167.597
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência		103.270	21.545
Benefícios a Pessoal		16.636	15.732
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil		117.992	129.391
(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS		262.966	224.969
Despesas/Receitas Financeiras		(71)	(156)
Consumo de Materiais		3.937	5.541
Diárias		3.902	6.037
Serviços Técnicos Profissionais - Pessoa Física		2.268	2.052
Serviços Técnicos Profissionais - Pessoa Jurídica		168.310	175.752
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		6.879	7.881
Outras Despesas Operacionais		77.741	27.862
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	14.6	112.866	113.807
Multas e Juros de Mora		8.669	10.766
Indenizações e Restituições		20.281	16.865
Receitas de Valores Mobiliários		186	165
Receitas Diversas		83.730	86.011
(+)OUTROS RESULTADOS	14.7	601	22.812
Alienação de Bens Móveis		(364)	(539)
Alienação de Bens Imóveis		5.791	23.322
Desincorporação de Ativos		(4.881)	(54.173)
Incorporação de Ativos		55	54.202
RESULTADO ANTES DAS SUBVENÇÕES DO TES. NACIONAL		(1.059.128)	(905.588)
(+)SUBVENÇÕES DO TESOURO NACIONAL	14.8	1.042.503	899.491
Repasses Recebidos para Custeio/Pessoal		1.042.503	899.491
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(16.625)	(6.097)
Imposto de Renda a Recolher		0	0
Contribuição Social Sobre o Lucro a Recolher		0	0
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	12.3	(16.625)	(6.097)
LUCRO POR AÇÃO		(8,94)	(3,28)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Detalhamento	Nota	Valores em R\$ mil	
		2019	2018
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		(16.625)	(6.097)
Outros Componentes do Resultado Abrangente		0	0
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		(16.625)	(6.097)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$ MIL			
	2019	%	2018	%
1.RECEITAS	233.421	25,18	325.494	37,65
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	232.820	25,11	302.682	35,01
1.2 - Outras Receitas	601	0,06	22.812	2,64
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	446.869	48,20	455.779	52,72
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	206.998	22,33	258.645	29,92
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	239.871	25,87	197.134	22,80
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(213.448)	(23,02)	(130.285)	(15,07)
4.RETENÇÕES	14.844	1,60	18.664	2,16
4.1 - Depreciação e Amortização	14.844	1,60	18.664	2,16
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	(228.292)	(24,62)	(148.949)	(17,23)
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.155.440	124,62	1.013.454	117,23
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	112.937	12,18	113.963	13,18
6.2 - Repasses Recebidos para Custeio/Pessoal	1.042.503	112,44	899.491	104,04
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	927.148	100,00	864.505	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	927.148	100,00	864.505	100,00
8.1 - Pessoal				
8.1.1 - Pessoal e Encargos	929.504	100,25	845.574	97,81
Total	929.504	100,25	845.574	97,81
8.2 - Tributos				
8.2.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	12.826	1,38	23.582	2,73
Total	12.826	1,38	23.582	2,73
8.3 - Terceiros				
8.3.3 - Juros e Aluguéis	1.443	0,16	1.446	0,17
Total	1.443	0,16	1.446	0,17
8.4 - Próprios				
8.4.4 - Juros Sobre o Capital Próprio	0	0,00	0	0,00
8.4.5 - Lucros Retidos/Prejuízo do Período	(16.625)	(1,79)	(6.097)	(0,71)
Total	(16.625)	(1,79)	(6.097)	(0,71)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

DESCRIÇÃO	Nota	Valores em R\$ mil	
		2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado Antes do Imposto de Renda e da CSLL		(16.625)	(6.097)
Disponibilidades Líq. Aplic. nas atividades operacionais		53.938	60.525
Depreciações e Amortizações		14.844	18.664
Alienação de Bens		2.761	912
Doações de Bens Patrimoniais		(55)	(8)
Incorporação/Desincorporação em Investimentos		44	(29)
Outras Baixas de Bens		4.837	9
Redução Valor Recuperável de Investimentos		20.903	0
Redução a Valor Recuperável de Imobilizado - Móveis		307	0
Aumento (Redução) em Clientes e Créd. Diversos a Receber		(31.729)	33.798
Redução nos Créditos Tributários		19.134	20.556
Aumento nos Encargos Sociais a Pagar		545	8.146
Aumento em Adiantamentos e Pessoal a Pagar		941	33.342
Aumento nos Precatórios de Terceiros		70	0
Redução nas Despesas Antecipadas		1	9
Redução nas Operações Especiais e Estoques		3.649	33.808
Redução (Aumento) nas Consignações e Fornecedores		(10.126)	4.951
Redução (Aumento) nos Depósitos e Cauções		(212)	4.939
Aumento nos Dividendos a Pagar		0	0
Redução nas Provisões		(1.374)	(18.127)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		0	0
Redução nas Entidades Credoras		(39.885)	(94.815)
Aumento (Redução) nos Adiantamentos de Clientes		7.851	(442)
Redução nos Recursos Vinculados		1.496	14.344
Redução (Aumento) nas Subvenções a Pagar		(2.576)	468
Transferências Financeiras a Comptovar - TED		62.512	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	13.1	37.313	54.428
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aplicações no Imobilizado e Intangível		(2.615)	(4.831)
Recebimentos por Vendas de Ativo Permanente		1.396	5.456
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	13.2	(1.219)	625
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Juros Sobre Capital Próprio Pagos		0	0
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		0	0
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO		36.094	55.053
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	13.3	36.094	55.053
No Início do Exercício		233.381	178.328
No Final do Exercício		269.475	233.381

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Discriminação	Reserva de lucros (em R\$ mil)				
	Capital realizado (em R\$ mil)	Reserva legal	Reserva de retenção do lucro	Lucros e prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
SALDO EM 01/01/2018	302.801	19.196	53.619	0	375.616
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO				(6.097)	(6.097)
RESERVAS DE LUCROS PARA EXPANSÃO			(6.097)	6.097	0,00
SALDO EM 31/12/2018	302.801	19.196	47.522	0	369.519
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO				(16.625)	(16.625)
RESERVAS DE LUCROS PARA EXPANSÃO			(16.625)	16.625	0,00
SALDO EM 31/12/2019	302.801	19.196	30.897	0	352.894

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Nota	Descrição
01	Contexto Operacional
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras
03	Alterações na Legislação Societária
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis
05	Créditos a Curto Prazo
06	Demais Créditos e Valores a Curto Prazo
07	Estoques
08	Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo
09	Endividamento
10	Provisões a Longo Prazo
11	Demais Obrigações a Longo Prazo
12	Patrimônio Líquido
13	Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC
14	Demonstração do Resultado do Exercício – DRE
15	Demonstração do Valor Adicionado – DVA
16	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL
17	Demonstração do Resultado Abrangente - DRA
18	Diversos Responsáveis em Apuração
19	Controles de Ativos Contingentes
20	Provisões Passivas
21	Contingências Passivas
22	Benefícios Concedidos aos Empregados
23	Remuneração dos Dirigentes e Empregados
24	Restos a Pagar – Recursos a Receber
25	Repasse e Termos de Execução Descentralizada - TED

Nota 1 - Contexto Operacional

Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “promover a garantia de renda ao produtor rural, a segurança alimentar e nutricional e a regularidade do abastecimento, gerando inteligência para a agropecuária e participando da formulação e execução das políticas públicas”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades

administrativas (Matriz e 7 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 72 complexos armazenadores, com 143 armazéns destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

Nota 2 - Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Lei 13.303, de 30/06/2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27/12/2016.

A partir do exercício financeiro de 2015, foi implantado o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, adequando os dispositivos legais vigentes, às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, e aos Padrões Internacionais de Contabilidade do Setor Público, com o objetivo de uniformizar as práticas contábeis, com a utilização de contas padronizadas, e com isso proporcionar maior transparência sobre as contas públicas.

A Conab, como entidade da Administração Pública Federal, integrante do Balanço Geral da União por utilizar o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, na modalidade total, teve as demonstrações financeiras adaptadas ao novo Plano.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações nos valores reais.

Nota 3 - Alterações na Legislação Societária

As Leis nº 11.638/07, 11.941/09 e 13.303/16, regulamentada pelo Decreto nº 8.945/16, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”.

Nota 4 - Resumo das Principais Práticas Contábeis

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e

aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

4.1 Caixa e Equivalente de Caixa: Refere-se ao limite de saque da Conta Única, estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira, para pagamentos a partir do mês de janeiro/2020, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio, aquisições, manutenção dos estoques, subvenção, Termos de Execução Descentralizada e outros. Aplicações financeiras de curto prazo, que estão registradas pelo valor original mais os rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2019 e concentram-se em fundos extramercado.

4.2 Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

4.3 Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos, são executadas mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

4.3.1 Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

4.3.2 Valor Presente dos Estoques: Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados com a tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de dezembro de 2019, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

4.4. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos. Estão provisionados no passivo circulante na conta denominada “Operações Especiais”.

4.5 Almoxarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

4.6 Investimentos: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes.

Encontra-se provisionado o valor de R\$21.693 mil, em 31 de dezembro de 2019, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que estão em processo de liquidação.

Tabela 1 - Investimentos- em R\$mil

Descrição	Em dezembro de 2019
Participações em Empresas – saldo em 31/12/2018	28.567
(-) Baixa em Participações	(43)
Títulos e Valores Mobiliários	1.197
(-) Redução Valor Recuperável Investimentos	(21.693)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.028

Fonte: Conab.

4.7 Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

4.8 Imobilizado: O total de R\$138.858 mil, em 31 de dezembro de 2019, está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e redução ao valor recuperável dos bens móveis. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa SRF nº 162/98, com a composição a seguir:

Tabela 2 - Imobilizado - Bens Móveis - em R\$mil

Descrição	Em 31 de dezembro de 2019
Bens Móveis - Saldo em 31 de dezembro/2018	108.925
Aquisições	1.995
Doações recebidas	55
(-) Baixa por alienação	(2.818)
(-) Saídas por doação	(26)
(-) Outras baixas de bens	(390)
(-) Depreciações	(95.948)
(-) Red. ao valor rec.de bens móveis (Impairment)	(307)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.486

Fonte: Conab.

Tabela 3 - Imobilizado - Bens Imóveis- em R\$mil

Descrição	Em 31 de dezembro de 2019
Bens Imóveis - Saldo em 31 de dezembro/2018	344.710
Obras em andamento	614
(-) Baixa por alienação	(3.366)
Incorporações	337
(-) Saídas por Doação	(1.701)
(-) Depreciações	(209.854)
(-) Baixa pela devolução dos Imóveis e Outras	(3.368)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	127.372

Fonte: Conab.

4.8.1 Intangível: O total de R\$1.365 mil, em 31 de dezembro de 2019, representa os valores de direito de uso de softwares, com amortização até o trimestre, no total de R\$1.646 mil, conforme segue:

Tabela 4 - Intangível- em R\$mil

Descrição	Em 31 de dezembro de 2019
Softwares Vida Útil Definida – Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.006
Aquisição	5
(-) Amortizações	(1.646)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.365

Fonte: Conab.

4.9 Redução ao Valor Recuperável de Ativos: Foi efetuado

registro conforme Ofício Supad Nº 005, de 07 de janeiro de 2020, no valor de R\$307 mil, referente a redução ao valor recuperável - impairment, até o período, em conformidade com relatórios elaborados pela Superintendência de Administração e Superintendências Regionais. A metodologia utilizada foi a segregação dos bens por grupos e analisadas a existência de indícios de desvalorização de ativos não geradores de caixa. Na existência de indícios, foi mensurado o valor recuperável e comparado com o valor contábil.

Quanto aos imóveis, conforme Ofício Supad Nº 031, de 07 de fevereiro de 2020, foram realizadas pelos engenheiros da Companhia, avaliações de 167 imóveis, que corresponde a mais de 80% dos imóveis da Companhia, objetivando procedimentos referentes ao teste de impairment e esses não apresentaram indícios de perdas a serem recuperadas.

4.10 Reconhecimento da Receita:

4.10.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios, contemplando as apropriações das receitas, custos e despesas correspondentes, oriundas do resultado das atividades próprias da Companhia.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

4.11 Provisões Passivas: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, as provisões vinculadas a processos judiciais, trabalhistas e cíveis, consideradas como sendo de futuro desembolso da Companhia, conforme relatório elaborado pela Procuradoria Jurídica – PROGE, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 25, normatizado no CFC, pela 2014 NBC TG 25(R2).

O saldo existente é composto pelas provisões para causas trabalhistas e cíveis, que agregado aos Depósitos Vinculados, serão suficientes para cobrir prováveis liquidações de sentenças, a serem pagas em 2020. Vide nota 9.5 e 10.

Encontra-se também, registrado no Passivo Não Circulante, provisão para cobrir prováveis desembolsos com processos fiscais.

4.12 Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IRPJ e CSLL, a Companhia adota o regime de lucro real anual, em que as apurações são efetuadas, mensalmente, por estimativa, conforme parágrafo 4º, art. 31 da IN/RFB 1.700/17. Esse regime permite a apuração dos tributos devidos, com base em balancetes de suspensão ou redução (art. 47 e 50 da IN/RFB 1.700/17).

Nota 5 - Créditos a Curto Prazo

5.1 Clientes: O saldo da conta em 31 de dezembro de 2019, está representado pelo montante de R\$10.875 mil (R\$27.486 mil, em 31 de dezembro de 2018), correspondente aos direitos a receber, decorrentes de prestação de serviços de armazenagem, aluguéis e outros.

Nota 6 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.

O total de R\$760.787 mil, em 31 de dezembro de 2019 (R\$280.459 mil, em 31 de dezembro de 2018), representa os Adiantamentos Concedidos, Tributos a Recuperar/Compensar e Outros Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo, conforme quadros a seguir:

6.1 Adiantamentos Concedidos: o total de R\$6.913 mil, em 31 de dezembro de 2019 (R\$6.637 mil, em 31 de dezembro de 2018), corresponde ao pagamento antecipado no período de férias, adiantamento de décimo terceiro salário, adiantamento para viagem, suprimento de fundos e adiantamento auxílio - transporte, conforme quadro a seguir:

Tabela 5 - Adiantamentos Concedidos - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2019	2018
Adiantamentos a Pessoal	6.913	6.623
Suprimento de Fundos - Adiantamento	0	14
Total	6.913	6.637

Fonte: Conab.

6.2 Tributos a Recuperar/Compensar: Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Tabela 6 - Tributos a Recuperar/Compensar - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2019	2018
ICMS a Recuperar/Compensar	173.463	192.518
IRRF e CSLL a Recuperar/Compensar	3.654	4.335
COFINS e PASEP a Recuperar/Compensar	11	9
(-) Ajuste p/Perda Demais Créd/Valores Curto.Prazo	(1.578)	(1.578)
Total de Créditos Tributários Circulante	175.550	195.284

Fonte: Conab.

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar, representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, e por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

6.3 Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo: o total de R\$578.324 mil, em 31 de dezembro de 2019 (R\$78.538 mil, em 31 de dezembro de 2018), é composto pelos valores citados no quadro abaixo, sendo eles Créditos a Receber por Alienação de Bens Móveis e Imóveis, Créditos por Acertos Financeiros com Servidores e Ex-Servidores, relativos à participação dos empregados, a serem reembolsadas à Companhia, referente a utilização do Serviço de Assistência à Saúde – SAS, Créditos a Receber Decorrentes de Infrações Contratuais, de processos de perdas de produtos, Recursos da União, que são valores a receber das equalizações de preços e Outros.

Quanto ao Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União, relativos aos registros da execução dos Termos de Execução Descentralizada – TED, eles serão baixados na ocasião da comprovação e aprovação das prestações de contas.

Tabela 7 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2019	2018
Valores a Rec. por Dev. de Desp. Estornadas	0	1
Créditos a Rec. Decorrentes de Infrações	3.664	3.163
Créditos a Rec. por Cessão de Pessoal	239	529
Créditos a Rec. p/Alien.de Bens Móveis e Imóveis	2.836	10.128
Créditos p/Acerto Financ. c/Serv. e Ex-Servidores	32.154	28.859
Recursos da União	37.204	34.911
Créditos Parcelados	2.188	947
Créditos a Rec. por Cessão de Créditos pela União	500.038	0
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	1	0
Total	578.324	78.538

Fonte: Conab.

Nota 7 - Estoques

O total de R\$394.468 mil, em 31 de dezembro de 2019 (R\$627.842 mil, em 31 de dezembro de 2018), corresponde aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, Produtos da Agricultura Familiar – PAA, adquiridos via Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF, Compra com Doação Simultânea – CDS, CPR Estoque e Aquisição de Sementes e apresentam a seguinte composição:

Tabela 8 – Estoques - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2019	2018
Estoques de Mercadorias para Revenda	314.640	508.596
Materiais em Trânsito	146	1.112
Almoxarifado, Estoques para Distribuição e Outros	3.441	3.855
Compra Antecipada – Entrega Futura	76.215	114.229
Estoques para Doação e/ou Permuta	26	50
Total	394.468	627.842

Fonte: Conab.

O total de R\$314.640 mil, em 31 de dezembro de 2019 (R\$508.596 mil, em 31 de dezembro de 2018), representa o total dos estoques públicos para a atividade de formação de estoques para regular o mercado e evitar desabastecimento.

Essa atividade é amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização de preços para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo. Isso ocorre, quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com a operacionalização, incluindo também, as despesas que não puderem ser agregadas aos correspondentes estoques, antes de seu encerramento e baixa de processos de perdas de produtos, judicializados, resultar em déficit.

Este valor é autorizado pelo Tesouro Nacional, a ser amortizado por meio de lançamento contábil, na conta de operações especiais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura desse déficit.

Os recursos financeiros obtidos na venda e recebimentos de indenizações de perdas dos estoques públicos são integralmente repassados ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal da Transparência do Governo Federal.

O total de R\$76.215 mil, em 31 de dezembro de 2019 (R\$114.229 mil, em 31 de dezembro de 2018), representa o saldo a receber dos valores concedidos às associações e cooperativas, nos exercícios anteriores e até dezembro de 2019, nas modalidades Compra Antecipada da Agricultura Familiar – CAAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR Estoque e Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar, que serão quitados em espécie e, eventualmente, em produtos. Relativamente às cédulas adquiridas na modalidade “Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar”, instituída a partir de maio de 2013, a liquidação somente se dará de forma financeira, cujos valores estão provisionados no passivo circulante, na conta: Entidades Credoras (Vide item 9.7).

7.1 Equalização de Preços: em 31 de dezembro de 2019, o total da Equalização de Preços das vendas, alcançou o montante de R\$183.415 mil, proveniente em sua maioria das vendas do milho, das operações Mercado de Opções e da Política de Garantia dos Preços Mínimos – PGPM. No mesmo período do ano de 2018, o valor da Equalização totalizou R\$401.038 mil. A redução foi decorrente da diminuição das vendas no exercício de 2019.

Nota 8 - Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

8.1 Clientes: Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta é de R\$5.018 mil (R\$2.278 mil, em 31 de dezembro de 2018), correspondente aos direitos a receber, decorrentes de prestação de serviços.

Tabela 9 – Clientes - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2019	2018
Faturas/Dupl. a Receber - Prestação de Serviços	5.018	2.278
Total	5.018	2.278

Fonte: Conab.

8.2 Demais Créditos e Valores a Receber a Longo Prazo : O saldo de R\$1.961.877 mil, em 31 de dezembro de 2019 (R\$616.163 mil, em 31 de dezembro de 2018), está composto pelos valores citados no quadro a seguir

Tabela 10 – Demais Créditos e Valores a Receber a Longo Prazo - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2019	2018
Adiantamentos Conc. a Pessoal e a Terceiros	29	22
Tributos a Recuperar/Compensar	20	20
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	57.276	58.757
Créditos a Receber por Cessão de Créditos	669.840	0
Créd. a Rec. por Alienação Bens Móveis/ Imóveis	66.964	64.215
Créd. a Rec. por Ac. Fin. c/Serv. e Ex-Sevidores	1.239	510
Recursos da União	691.556	0
Créditos a Recuperar	62	62
Duplicatas e Títulos em Contencioso	26	147
Créditos Parcelados	11.051	6.626
Créditos a Receber em Poder da Justiça	0	197
Títulos a Receber	148	149
Créditos a Receber Decorrente de Infrações	739	80
Créditos a Rec. Pendentes de Decisão Judicial	462.927	485.375
Outros Créd. a Rec. e Valores a Longo Prazo	0	3
Total	1.961.877	616.163

Fonte: Conab.

Os depósitos restituíveis e valores vinculados, referem-se a depósitos/cauções, depósitos judiciais, depósitos para interposição de recursos e valores apreendidos por decisão judicial.

Os depósitos restituíveis são decorrentes de ações judiciais trabalhistas e cíveis e os créditos a receber pendentes de decisão judicial, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos dos processos, favoráveis à Companhia, bem como as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos judiciais com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 038/2004, em face dos seus provisionamentos no passivo, à conta: Operações Especiais.

A conta Recursos da União no valor de R\$691.556 mil, em 31 de dezembro de 2019 (R\$0,00 em 31 de dezembro de 2018), refere-se ao registro do contrato firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, Nota Técnica 144 GEROB/COFIS/STN, de 28/12/2012, Nota Técnica 499 CGPCE-MP/DEST, de 12/12/2014, Nota Técnica Audin Nº 42, de 18/02/2019, CI Audin 046, de 18/02/2019, CI ASCON 098, de 11/03/2019, reconhecido pela STN, SEST e PREVIC, conforme mencionado na letra “a” do item 3.1.5 da Ata CONFIS 57, Reunião de 07 de Março de 2019, a receber do Tesouro Nacional.

Os créditos a receber por cessão de créditos no total de R\$669.840 mil, em 31 de dezembro de 2019 (R\$0,00 mil, em 31 de dezembro de 2018), tem a composição a seguir:

Tabela 11 - Créditos a Receber por Cessão de Créditos - Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2019	2018
Contrato c/o Inst. Conab de Seg. Social - Cibrius	218.759	0
Provisão p/pagamento de Sentenças Trabalhistas	231.095	0
Provisão p/pagamento de sentenças Cíveis	219.986	0
Total	669.840	0

Fonte: Conab.

O valor de R\$218.759, refere-se ao complemento do contrato firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, conforme

Carta Cibrius UP nº 134, de 09/12/2019, a receber do Tesouro Nacional.

Nota 9 - Endividamento

Em 31 de dezembro de 2019, as obrigações do circulante, totalizaram o montante de R\$1.999.548 mil (R\$1.604.828 mil, em 31 de dezembro de 2018), com a seguinte composição:

9.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar: o total de R\$123.227 mil, em 31 de dezembro de 2019 (R\$121.210 mil, em 31 de dezembro de 2018), refere-se aos valores relativos a salários, remunerações e benefícios previdenciários a pagar, encargos sociais a pagar e apropriações mensais por competência, para pagamento de férias e respectivos encargos sociais.

9.2 Operações Especiais: o total de R\$909.088 mil, em 31 de dezembro de 2019 (R\$1.138.812 mil, em 31 de dezembro de 2018), refere-se aos registros dos diferimentos das receitas relativas aos repasses de recursos efetuados pelo Tesouro Nacional, para aquisição, manutenção e formação dos estoques públicos, vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04, os quais serão retornados ao Tesouro Nacional pela realização dos estoques, em atendimento a cronograma estabelecido pelo próprio Tesouro Nacional e recuperação dos créditos.

9.3 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo: o total de R\$13.694 mil, em 31 de dezembro de 2019 (R\$23.677 mil, em 31 de dezembro de 2018), refere-se a liquidação de despesas com fornecedores, relativas a aquisições, manutenção dos estoques públicos e outros, incluindo as aquisições de produtos da Agricultura Familiar, que serão pagos com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional.

9.4 Obrigações Fiscais a Curto Prazo: o total de R\$822 mil, em 31 de dezembro de 2019 (R\$1.422 mil, em 31 de dezembro de 2018), refere-se às obrigações fiscais com a União, Estados e Municípios, com vencimentos no mês seguinte, demonstradas a seguir:

Tabela 12 – Obrigações Fiscais a Curto Prazo - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2019	2018
COFINS a Recolher	628	1.124
PIS/PASEP a Recolher	137	244
ICMS a Recolher	14	16
ISS a Recolher	8	8
Recursos Fiscais	5	4
IPTU/TLP a Recolher	0	0
IPVA a Recolher	26	26
Taxas	4	0
Total	822	1.422

Fonte: Conab.

9.5 Provisões a Curto Prazo: o total de R\$36.153 mil, em 31 de dezembro de 2019 (R\$74.470 mil em 31 de dezembro de 2018), representa os valores provisionados para cobrir prováveis liquidações de sentenças no exercício de 2020. No mês de junho de 2019, houve baixa de R\$1.374 mil, referente a parcela do depósito judicial, liberada pela justiça à Empresa Renascença Armazéns Gerais Ltda. e no mês de dezembro de 2019, houve baixa de R\$36.943 mil, referente pagamentos de sentenças trabalhistas (Vide nota 20).

9.6 Adiantamentos de Clientes: o total de R\$9.408 mil, em 31 de dezembro de 2019 (R\$1.556 mil, em 31 de dezembro de 2018), refere-se aos valores recebidos antecipadamente de clientes, relativos às vendas de produtos, para entregas futura.

9.7 Entidades Credoras: o total de R\$166.259 mil, em 31 de dezembro de 2019 (R\$205.702 mil, em 31 de dezembro de 2018), registrado em Entidades Credoras, contempla o diferimento dos repasses de recursos, efetuados pelo Tesouro Nacional, para aquisições de Cédula do Produtor Rural – CPR – Alimento e Compra Antecipada – Entrega Futura, Estoques e Outros.

9.8 Outras Obrigações: o total de R\$34.442 mil em 31 de dezembro de 2019 (R\$37.979 mil, em 31 de dezembro de 2018), refere-se a obrigações com consignações, impostos e contribuições a recolher, depósitos e cauções e outras, demonstradas no quadro a seguir:

Tabela 13 – Outras Obrigações - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2019	2018
Consignações	12.652	12.794
Depósitos Judiciais	17	2
Depósitos e Cauções Recebidos	8.692	8.904
Indenizações, Restituições e Compensações	10.277	10.527
Diárias a Pagar	1	1
Entidades Credoras – Estados, D.F. e Municípios	2.733	3.175
Precatórios a Pagar	70	0
Subvenções a Pagar	0	2.576
Total	34.442	37.979

Fonte: Conab.

9.9 Transferências Financeiras a Comprovar – TED: o total de R\$502.490 mil, em 31 de dezembro de 2019, refere-se aos Termos de Execução descentralizada – TED, para pagamento de subvenções, aquisição de produtos, CPR Alimento da Agricultura Familiar (PAA) e Outros, em andamento, que serão baixados pelos concedentes, após a comprovação e aprovação das prestações de contas.

Tabela 14 – Transferências Financeiras a Comprovar – TED - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2019	2018
Transferências Financeiras a Comprovar - TED	502.490	0
Total	502.490	0

Fonte: Conab.

Nota 10 - Provisões a longo prazo

O total de R\$491.240 mil, em 31 de dezembro de 2019 (R\$3.216 mil, em 31 de dezembro de 2018), representa os valores provisionados para cobrir prováveis pagamentos de débitos fiscais, referente a ICMS da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, no Estado de São Paulo, indenizações trabalhistas e indenizações Cíveis. Vide Nota 4.11).

Nota 11 - Demais Obrigações a Longo Prazo

O total de R\$911.036 mil, em 31 de dezembro de 2019 (R\$722 mil, em 31 de dezembro de 2018), refere-se a depósitos e cauções recebidos e registro da obrigação relativa ao contrato firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, no valor de R\$910.314 mil, conforme contrato firmado entre a Conab e o Instituto, no valor de R\$691.556 e atualização no valor de R\$218.759 mil, conforme Carta Cibrius UP nº 134, de 09/12/2019, após autorização do Mapa.

Tabela 15 – Demais Obrigações a Longo Prazo - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2019	2018
Depósitos e Cauções Recebidos	722	722
Entidades Privadas de Previdência	910.314	0
Total	911.036	722

Fonte: Conab.

Nota 12 - Patrimônio Líquido

12.1 - Capital Social: O Capital Social no valor de R\$302.801 mil, é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

12.2 - Reservas de Lucros: O total de R\$50.093 mil, em 31 de dezembro 2019 (R\$66.718 mil, em 31 de dezembro de 2018), está assim representado:

Tabela 16 – Reserva de Lucros - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2019	2018
Reserva Legal	19.196	19.196
Reserva de Lucros para Expansão	30.897	47.522
Total	50.093	66.718

Fonte: Conab.

12.3 Resultado Líquido do Exercício: o resultado do balanço é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações das atividades próprias da companhia, representadas com maior relevância pelas receitas de prestação de serviços de armazenagem, alugueis, alienação de bens móveis e imóveis, receitas recebidas para gestão dos estoques públicos e outras, em contrapartida as despesas de depreciação, despesas executadas na fonte própria, reconhecimento da despesa por competência, das férias a pagar e seus respectivos encargos sociais e parte das despesas com a folha de pagamento do mês de dezembro/2019 e outras, que também sensibilizaram o resultado. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou resultado deficitário R\$16.625 mil (prejuízo de R\$6.097 mil, em 31 de dezembro de 2018).

Nota 13 - Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC

De acordo com a Lei 11.638/2007 e 2016NBCTG03(R3), a Conab apresenta a Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, pelo método indireto.

13.1 Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais: em 31 de dezembro de 2019, o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, apresenta o saldo de R\$37.313 mil (R\$54.428 mil, em 31 de dezembro de 2018) e referem-se aos resultados das variações apresentadas nas principais atividades da Conab.

13.2 Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos: Em 31 de dezembro de 2019, o fluxo de caixa das atividades de investimentos, apresenta o saldo negativo de R\$1.219 mil (R\$625 mil, em 31 de dezembro de 2018) e representam aplicações no imobilizado e intangível e recebimentos por venda do ativo permanente.

13.3 Variação nas Disponibilidades: o valor de R\$36.094 mil, em 31 de dezembro de 2019 (R\$55.053 mil, em 31 de dezembro de 2018), referem-se às variações das aplicações financeiras de curto prazo, em fundos extramercado, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos e a disponibilidade da conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, representada por recursos próprios da Conab, recursos para pagamento de pessoal, consignações e recursos de terceiros para execução de Termos de Execução Descentralizada –TED, destinados à aquisição de produtos, para formação dos estoques públicos.

Nota 14 - Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

14.1 Receita de Vendas e Serviços: as receitas de vendas e serviços são oriundas das vendas dos Estoques Estratégicos, Reguladores e Receita de Armazenagem/Alugueis.

Os Estoques Estratégicos são formados por produtos comprados de produtores que adquiriram o contrato de opções junto à Conab, que fizeram a opção de vender os seus produtos em conformidade com o referido contrato. As vendas desses estoques são destinados ao Programa Venda em Balcão, com o objetivo de viabilizar os acessos de pequenos criadores e micro-agroindústrias.

Os Estoques Reguladores são formados por produtos adquiridos dos produtores rurais, Cooperativas e Associações, através da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM com o objetivo de garantir renda mínima aos produtores rurais, assegurar a regularidade do abastecimento nacional e o controle de preços. Em geral as vendas desses estoques são realizadas por meio de leilões.

A receita da prestação de serviços de armazenagem é oriunda da guarda e conservação de produtos agrícolas de terceiros, recebidos e mantidos nos armazéns próprios, de acordo com padrões e normas estabelecidos pela Companhia.

Tabela 17 – Receita de Vendas e Serviços - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2019	2018
Vendas Estoques Estratégicos	198.765	239.145
Vendas Estoques Reguladores – PGPM	12.151	32.280
Serviços de Armazenagem e Outros	22.612	31.278
Total	233.528	302.703

Fonte: Conab.

14.2 Deduções das Receitas de Vendas e Serviços: estão representadas pelos impostos legais ICMS, COFINS, PASEP e ISS e Descontos Concedidos, incidentes sobre as vendas de produtos e serviço de armazenagem. Os totais em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram de R\$6.655 mil e R\$15.722 mil, respectivamente.

14.3 Custo das Mercadorias Vendidas: representa as baixas dos estoques relativos às mercadorias vendidas, conforme segue:

Tabela 18 – Custo das Mercadorias Vendidas - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2019	2018
CMV Estoques Reguladores - PGPM/MO	390.414	659.683
Total	390.414	689.683

Fonte: Conab.

14.4 Lucro Bruto Operacional: em 31 de dezembro de 2019, o Lucro Bruto Operacional, apresentou o saldo de R\$19.874 mil (R\$28.336 mil, em 31 de dezembro de 2018), representado pelo resultado das Receitas de Vendas de Produtos, Receitas de Serviços, menos as Deduções de Receitas de Vendas e Serviços e Custo de Mercadorias Vendidas – CMV, mais a Equalização de Preços (Vide nota 7.1).

14.5 Despesas Operacionais: compreendem as despesas com pessoal, comerciais e administrativas, necessárias à manutenção das atividades da Companhia, conforme composição a seguir:

Tabela 19 – Despesas Operacionais - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2019	2018
Despesas de Pessoal	929.503	845.574
Despesas Comerciais e Administrativas	262.966	224.969
Total	1.192.469	1.070.543

Fonte: Conab.

14.6 Receitas Operacionais Diversas: o total de R\$112.866 mil, em 31 de dezembro de 2019 (R\$113.807 mil, em 31 de dezembro de 2018), representa os recebimentos de multas e juros de mora, indenizações e restituições, receitas diversas e valores recebidos para gestão dos estoques públicos.

Tabela 20 – Receitas Operacionais Diversas - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2019	2018
Multas e Juros de Mora	8.669	10.766
Indenizações e Restituições	20.281	16.865
Receitas de Valores Mobiliários	186	165
Receitas Diversas	83.730	86.011
Total	112.866	113.807

Fonte: Conab.

14.7 Outros Resultados: o total de R\$601 mil, em 31 de dezembro de 2019, (R\$22.812 mil, em 31 de dezembro de 2018), representa o resultado apurado na movimentação de bens, referente alienações de bens móveis e imóveis, entrada e saída de bens móveis e imóveis por doação, baixa de investimentos, baixas de bens por inservibilidade, devolução de imóvel à Secretaria do Patrimônio da União – SPU e entrada e saída registradas pela SPU/MPDG - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no exercício de 2018, por meio do Sistema SPUUnet, referente imóveis cedidos à Conab, nos Estados do Espírito Santo e Paraíba.

Tabela 21 – Outros Resultados - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2019	2018
Alienação de Bens Móveis	(364)	(539)
Alienação de Bens Imóveis	5.791	23.322
Desincorporação de Ativos	(4.881)	(54.173)
Incorporação de Ativos	55	54.202
Total	601	22.812

Fonte: Conab.

14.8 Subvenções do Tesouro Nacional: o total de R\$1.042.503 mil, em 31 de dezembro de 2019, (R\$899.491 mil, em 31 de dezembro de 2018), representa as transferências efetuadas pelo Tesouro Nacional, para cobrir gastos com pessoal/custeio, conforme segue:

Tabela 22 – Repasses Recebidos para Custeio/Pessoal - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2019	2018
Repasses Recebidos para Custeio/Pessoal	1.042.503	899.491
Total	1.042.503	899.491

Fonte: Conab.

Nota 15 - Demonstração do Valor Adicionado – DVA

Essa demonstração foi elaborada de acordo com a 2008NBC-TG09, e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. A primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, demonstrada nos seguintes itens:

a) Receitas – receita bruta das vendas de mercadorias, produtos e serviços incluindo os tributos incidentes sobre elas e outros resultados.

b) Insumos Adquiridos de Terceiros - custos das mercadorias e serviços vendidos, incluindo os tributos incidentes sobre as aquisições de materiais, energia, serviços de terceiros e outros, depreciação e amortização.

A segunda parte apresenta a distribuição da riqueza, com gastos de pessoal e encargos, impostos, taxas e contribuições, juros, aluguéis e lucros retidos/prejuízo do exercício.

Nota 16 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, foi elaborada seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico NBC TG 26 (R5) e demonstra as ocorrências no exercício/2018, acrescidas das modificações até 31 de dezembro de 2019, nas contas que compõem o grupo do Patrimônio Líquido.

Nota 17 - Demonstração do Resultado Abrangente - DRA

A Demonstração do Resultado Abrangente – DRA, foi elaborada seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico NBC TG 26 (R5) e não apresentou registros que se enquadrem como Outros Componentes do Resultado Abrangente.

Nota 18 - Diversos responsáveis em apuração

Encontram-se registrados no grupo de contas “Controles Devedores”, valores em apuração, relativos a multas previstas em contratos, perdas/desvios em armazenagem, de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa) e referem-se a perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão e outros e também, os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade, dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, ocorridas com maior relevância no Estado de Goiás, perda em armazenagem de café, no estado de Minas Gerais e Outras. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente, a conta 7.9.7.3.1.00.00 – Diversos Responsáveis em Apuração, apresenta os saldos a seguir:

Tabela 23 – Diversos responsáveis em apuração - em R\$ mil

Exercício	Saldo
Até 31/12/2019	58.135
Até 31/12/2018	70.170

Fonte: Conab.

Nota 19 - Controle de Ativos Contingentes

Consta registrado no grupo de contas de controle (contas não patrimoniais), os Ativos Contingentes Previstos, nos totais a seguir, referente a processos judiciais cujas decisões não se pode assegurar que serão favoráveis à Conab.

Tabela 24 – Ativos Contingentes Previstos - em R\$ mil

Exercício	Saldo
Até 31/12/2019	36.491
Até 31/12/2018	37.210

Fonte: Conab.

Nota 20 - Provisões Passivas

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

a) Trabalhistas: Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, promoções, incorporação de funções gratificadas e outros.

b) Tributárias: Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.

c) Cíveis: São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferenças entre a inflação e planos econômicos, divergência de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagem e outros.

As Provisões Passivas foram reconhecidas, conforme informação jurídica, de acordo com os desfechos desfavoráveis dos processos, que poderão desencadear em prováveis desembolsos financeiros pela Companhia, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 25, normatizado pela Resolução CFC N° 1.180/2009.

As provisões passivas de curto prazo demonstradas no quadro a seguir, em 31 de dezembro de 2019, alcançaram o montante de R\$36.152 mil (R\$74.470 mil, em 31 de dezembro de 2018), que são suficientes para cobrir prováveis desembolsos no exercício de 2020. Até 31 de dezembro de 2019, o desembolso com Sentenças Trabalhistas, alcançou o montante de R\$36.943 mil. Já o desembolso das Sentenças Cíveis alcançou o montante de R\$1.375 mil. Os recursos orçamentários/financeiros que honraram os referidos desembolsos, foram repassados à Conab pelo Órgão Superior/MAPA.

Tabela 25 – Provisões Passivas de Curto Prazo - em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2019	2018
Trabalhista	24.093	61.035
Cível	12.060	13.435
Total	36.153	74.470

Fonte: Conab.

As Provisões Passivas de Longo Prazo, no total de R\$491.240 mil em 31 de dezembro de 2019, demonstradas a seguir, são de prováveis desembolsos futuros (Vide nota 10).

Tabela 26 – Provisões Passivas de Longo Prazo - em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2019	2018
Trabalhista	268.037	0

Continua...

Cível	219.987	0
Riscos Fiscais	3.216	3.216
Total	491.240	3.216

Fonte: Conab.

Nota 21 - Contingências Passivas

21.1 Contingências Passivas Possível e Remota: São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidades de desembolsos do que as Provisões Passivas. Estão sendo divulgadas nesta nota conforme CPC 25, normatizado pela Resolução CFC 1.180/2009 e são compostas das ações a seguir, conforme quadro abaixo.

a) Cíveis: São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens, autos de infração do INSS e do ICMS e outros.

b) Trabalhistas: São ações judiciais movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, constituídas na maioria, por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n° 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, indenizações por danos morais e materiais, desvios de função e outros.

Tabela 27 – Contingências Passivas - em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2019	2018
Cível	425.530	272.536
Trabalhista	68.877	207.806
Total	494.407	480.342

Fonte: Conab.

Nota 22 - Benefícios Concedidos aos Empregados

22.1 Plano de Previdência Complementar: o CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o n° 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido - BD. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

Desde 2015, com o processo de saldamento, o Cibrius administra três planos de benefícios: Plano de Benefícios Conab, código CNPB n° 1979000719, Plano de Benefícios Conab Saldado, código CNPB n° 2015001492 e o Plano de Benefícios ConabPrev, código CNPB n° 2015001311.

São patrocinadoras do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, os citados Planos de Benefícios, exceto o Plano Conab Saldado, recebem contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente, é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

Foram aprovados instrumentos regulamentares para imple-

mentação do saldamento do Plano de Benefícios Conab, sua Cisão e um Plano saldado e a criação de um novo Plano de Benefícios, na modalidade de Contribuição Definida – BD. Após a aprovação pelas instâncias internas da Conab a Proposta de Saldamento foi submetida e aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, Secretaria de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – SEST e pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, sendo encaminhada à Advocacia Geral da União, que solicitou informações complementares, que foram prestadas. No momento encontra-se no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para os encaminhamentos finais. Após tais procedimentos e com base nos termos contratuais foi registrado na conta 8.1.2.3.1.02.01 – Contratos de Serviços em Execução, o valor de R\$910.315 mil, correspondente ao contrato Conab/Cibrius. Foi registrado também em contas do ativo e passivo. Vide notas 8.2 e 11.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais, são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

No mês de dezembro/2019, foi efetuado pagamento valor de R\$80.311 mil, referente ao aporte inicial ao contrato da dívida da patrocinadora Companhia Nacional de Abastecimento - Conab e o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius.

22.2 Serviço de Assistência à Saúde - SAS: em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e pelo Tesouro Nacional, com participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2017/2019, em vigor, mediante desconto em folha de pagamento.

Nota 23 - Remuneração dos Dirigentes e Empregados

De acordo com a Resolução Nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as remunerações dos dirigentes e empregados, foram as seguintes:

Tabela 28 – Maior e menor remuneração

Descrição	Exercício	
	2019	2018
Maior Remuneração Dirigente	31.591,09	30.355,62
Menor Remuneração Dirigente	31.591,09	30.355,62
Maior Remuneração Empregado	39.293,32	33.763,00
Menor Remuneração Empregado	2.097,36	2.037,06

Fonte: Conab.

Tabela 29 – Salário Médios

Descrição	Exercício	
	2019	2018
Dirigentes	31.591,09	30.355,62
Empregados	5.873,58	5.438,07

Fonte: Conab.

Nota 24 - Restos a Pagar/Recursos a Receber

24.1 Restos a Pagar Autorizado por Destaque – Inscrição: por

meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 4.2.6.2 – Encerramento do Exercício, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, foi registrado o total de R\$51.216 mil, que contempla o saldo de Recursos a Receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor e Outros, relativo aos valores inscritos em Restos a Pagar, conta 8.2.2.2.4.09.01 – Restos a Pagar Autorizado por Destaque – Inscrição e estão registrados na UG 135100/UG Sede da Conab.

a) R\$45 mil: Termo de Execução Descentralizada – TED, recurso a ser repassado pelo Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFÉ referente aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados no exercício de 2019, decorrentes de despesas com levantamentos públicos da safra de café.

b) R\$34 mil: Referem-se aos recursos a serem repassados pela Secretaria de Política Agrícola – SPA/MAPA, para cobrir gastos com a fiscalização do seguro rural e na gestão de riscos no seguro da agricultura familiar, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2020.

c) R\$250 mil: Referem-se aos recursos a serem liberados pela Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR/MMA, para obrigações a vencer em 2020.

d) R\$22 mil: Referem-se aos recursos a serem liberados pela Coordenação de Orçamento e Finanças, para o mapeamento de áreas cultivadas para o café e arroz irrigado.

e) R\$50.866 mil: Referem-se aos recursos a recebe, Termo de Execução Descentralizada – TED, para o Programa PAA e Cestas, com obrigações a vencer em 2020.

24.2 Restos a Pagar Autorizado – Inscrição: por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, foi registrado o total de R\$76.222 mil, que contempla o saldo de Recursos a Receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor e Outros, relativo aos valores inscritos em Restos a Pagar, registrados na conta 8.2.2.2.4.01.01 – Recebimento de RP Autorizado - Inscrição e estão registrados na UG 135100/UG Sede da Conab.

a) R\$4.372 mil: Refere-se aos recursos a receber da Coordenação Geral de Orçamento e Finanças – Mapa, referente aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados no exercício de 2019, decorrentes de despesas com custeio.

b) R\$51.183 mil: Refere-se aos recursos a receber da Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Rural – Seisp – MC, referente aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados no exercício de 2019, decorrentes de despesas e aquisições de produtos da Agricultura Familiar.

c) R\$28 mil: Refere-se aos recursos a receber da Agência Nacional de Águas – Ana, referente valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, no exercício de 2019, decorrentes de despesas com mapeamento de áreas cultivadas para o café e arroz irrigado.

d) R\$20.639 mil: Refere-se aos valores a receber da Coordenação Geral de Orçamento e Finanças – Mapa, decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2020.

Nota 25 - Repasses e Termos de Execução Descentralizada

Relativamente às transferências financeiras, no período de janeiro a dezembro/2019, foram recebidos os totais de R\$240.760 mil, para execução no exercício corrente e R\$125.544 mil, para pagamento de Restos a Pagar, conforme segue:

Para o Programa de Garantia de Sustentação de Preços - EQ-

GAR e Programa de Garantia Sustentação de Preços da Agricultura Familiar – GARAF (Termos de Execução Descentralizada – TED), foram recebidos da Coordenação Geral de Controle e Execução de Operações Fiscais – COGEF/STN – ME, o total de R\$23.564 mil, para execução no exercício corrente e R\$60.511 mil, para pagamento de Restos a Pagar.

Para atender Sentenças Judiciais - Cíveis, foi recebido da Coordenação Geral de Orçamento e Finanças – Mapa, o total de R\$4.045 mil, para execução no exercício corrente.

Para atender o Programa para Formação de Estoques da PGPM e Mercados de Opções, foram recebidos da Coordenação Geral de Controle, Orçamento e Finanças – Mapa, o total de R\$187.500 mil, para execução no exercício corrente e R\$28.000 mil, para pagamento de Restos a Pagar.

Para o mapeamento de áreas cultivadas para o café e arroz irrigado, foi recebido da Agência Nacional de Águas – Ana, o total de R\$69 mil, para execução no exercício corrente.

Para os levantamentos públicos da safra Café, o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé, repassou à Conab o total de R\$454 mil, para execução no exercício corrente.

Para aquisição de cestas foi recebido da Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Rural – Sesan - MC, o valor de R\$16.369 mil, para execução no exercício corrente.

Para a fiscalização do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural – PSR, foi recebido do Ministério do Meio Ambiente – MMA, o valor de R\$456 mil, para execução no exercício corrente.

Para a ação de distribuição de alimentos a famílias de grupos populacionais tradicionais e específicos foi transferido da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo SAF/MAPA, o valor de R\$603 mil, para execução no exercício corrente.

Para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, foi recebido da Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Rural – Seisp – MC, o total de R\$7.683 mil, para execução no exercício corrente e R\$37.033 mil, para pagamento de Restos a Pagar.

Para a execução de vistorias em 27 unidades armazenadoras no Estado do Paraná, foi recebido da Secretaria de Defesa Agropecuária/Mapa, o valor de R\$17 mil, objeto do TED 04/2019, processo 21000.080677/2019-10.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2019

NEWTON ARAÚJO DA SILVA JUNIOR
Diretor-Presidente

CLAUDIO RANGEL PINHEIRO
Diretor-executivo de Gestão de Pessoas

BRUNO SCALON CORDEIRO
Diretor-executivo de Operações e Abastecimento

JOSÉ FERREIRA DA COSTA NETO
Diretor-executivo Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

GUILHERME SORIA BASTOS FILHO
Diretora-executiva de Política Agrícola e Informações

GOIAZIREZ DA SILVA BORGES
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC DF 011907/O-8 CPF: 127554271-91

Exercício 2019

Examinamos o balanço patrimonial da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, levantado em 31.12.2019, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do resultado abrangente, do valor adicionado, do fluxo de caixa, as notas explicativas e o relatório de administração. A nossa opinião sobre as citadas demonstrações contábeis será exposta neste relatório.

As demonstrações contábeis, acima referenciadas, foram elaboradas em conformidade com a Lei n.º 6.404, de 15.12.1976, e alterações promovidas pela Lei n.º 11.638, de 28.12.2007, e n.º 11.941, de 27.5.2009, aplicáveis às empresas públicas de direito privado.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é a responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para mitigar os riscos e permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis isentas de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade da Auditoria Interna

Nossa responsabilidade é a de opinar sobre as demonstrações contábeis, em cumprimento ao disposto no inciso VI, artigo 5.º, do Regimento Interno da Conab (Normas da Organização Código n.º 10.104).

Os exames específicos (auditorias contábeis-financeiras e de avaliação da gestão) abrangeram as Superintendências Regionais de Goiás, Pará, Pernambuco, Piauí e Matriz. Ademais, a Audin realizou avaliações mensais e anual das demonstrações contábeis da Companhia. As análises se basearam nas normas de auditoria interna e nas técnicas e procedimentos de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a materialidade, relevância estratégica, criticidade da matéria auditada e o sistema de controles internos da Companhia; b) as constatações com base em testes das evidências e dos documentos que suportaram os valores e as informações contábeis divulgadas; c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Companhia; e d) avaliação dos controles internos com base no modelo “Controle Interno – Estrutura Integrada” desenvolvido pelo Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway - COSO 2013.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, lidas em conjunto com as notas explicativas, refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação financeira, econômica e patrimonial da Companhia, exceto quanto aos possíveis impactos que poderão advir dos assuntos mencionados na seção “Base para opinião com ressalva”.

Base para opinião com ressalva

1. A avaliação de controle interno evidenciou que a Companhia ainda não realizou a gestão de riscos nas atividades contábeis e financeiras. Assim, os controles instituídos não foram baseados em riscos.

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos a Demonstração do Valor Adicionado referente ao exercício encerrado em 31.12.2019 e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Brasília, 2 de março de 2020

João Gonçalves Filho

Auditor Interno
CRC/DF 018584/O-7

Oswaldo Gonçalves Pateiro

Auditor Interno
CRC/RJ n.º 094366

Rafael George Fontana

Auditor Interno
CRC/DF n.º 23968/O-6

Mariana Vilar da Fonseca

Auditora Interna
CRC/PB n.º 010827/O

Daniel Santana Abreu

Gerente de Auditoria
CRC/GO n.º 021732/O

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Diretoria e Acionistas da
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab.
Brasília/DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, consoante os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Cabe ressaltar que cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas demais informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade consiste em ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se este se encontra inconsistente com as demonstrações contábeis, com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou se, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se acaso concluirmos, com base no trabalho realizado, que há distorção significativa no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da CONAB continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a CONAB, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CONAB são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia

de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

b) Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da CONAB.

c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

d) Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da CONAB. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a CONAB a não mais se manter em continuidade operacional.

e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de

maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Outros

Chamamos a atenção para o fato que as Demonstrações Contábeis do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outra firma, cujo relatório foi emitido em 08/02/2019 não continha ressalva.

Ribeirão Preto (SP), 18 de fevereiro de 2020.

AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S
CRC CRC-2SP 022486/O-4 CVM – 9555

Tanagildo Aguiar Feres
Contador - CRC1SP067138/O “S” DF

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CONAB

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Conab, no uso de suas atribuições legais e estatutárias em sua 16ª Reunião Extraordinária realizada em 16/11/2021, deliberou pela aprovação da proposta de absorção do prejuízo apurado em 31 de dezembro de 2019. Em seguida, examinou a Demonstração do Resultado do Exercício, o Balanço Patrimonial, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Valor Adicionado, a Demonstração do Resultado Abrangente, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, Para emissão de seu Parecer o Conselho de Administração tomou por base os seguintes elementos e fatos:

1) o Consad em sua 1ª Reunião Extraordinária, de 13/3/2020, ao analisar a Nota Técnica Coaud nº 024/2020, de 5/3/2020, posteriormente retificada em 13/3/2020, adiou sua deliberação sobre as Contas da Conab 2019 e solicitou providências urgentes no sentido de sanar as inconformidades apontadas pelo Coaud na referida nota, quais sejam: a) Impossibilidade de avaliação dos procedimentos realizados pela auditoria externa; b) Compliance com a Lei 6.404/76 em sua totalidade; c) Validação do passivo com o Instituto Conab de Seguridade Social (Cíbrus) referente ao acordo firmado do saldamento do plano; d) não validação do valor da provisão atuarial dos planos de previdência; e) Contabilização indevida de ativo contingente no valor de R\$463 milhões (conta “Créditos a Receber Pendentes de Decisão Judicial”); f) Procedimentos de Classificação dos Processos Judiciais Passivos realizados pela Proge; g) Descentralização do Controle Operacional da Proge sobre os Processos Judiciais; h) Informações inconsistentes das participações societárias; i) Impossibilidade de validação das informações sobre os estoques da Conab.

2) A partir da determinação do Consad, a Conab elaborou um Plano de Ação para sanar tais inconformidades e passou a informar mensalmente ao Conselho sobre o andamento dos trabalhos.

3) Em sua 14ª Reunião Extraordinária, de 12/11/2020, o Consad reexaminou o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2019, e considerando as inconformidades apontadas pela Nota Técnica Coaud nº 024/2020 ainda não sanadas, deliberou pelo SOBRESTAMENTO DAS CONTAS da Companhia EXERCÍCIO 2019.

4) A Conab contratou uma auditoria independente para saneamento dos itens “f”, “g” e “i”, a qual validou os referidos valores;

5) Para atendimento aos itens “c” e “d” a Conab contratou auditoria atuarial, a qual validou os referidos valores;

6) Em 15/6/2021, o Coaud manifestou-se novamente por meio da Nota Técnica Coaud nº041/2021, sobre o acompanhamento das Demonstrações Contábeis, informando que restavam 04 itens pendentes de regularização, considerando o item “e” atendido.

7) Em 24/08/2021, a Diretoria Financeira encaminhou Notas Explicativas Complementares e Demonstrações Contábeis representando os ajustes referentes ao exercício 2019 com vistas à Audin, que se manifestou em relação às providências apontadas pela Conab para atendimento da Nota Técnica Coaud nº 024/2020, retificada, por meio da Nota Técnica Audin SEI nº 017, de 22/10/2021, concluindo que, as inconformidades referentes a 2019, foram sanadas.

8) Em 11/11/2021, o Coaud se manifestou por meio da Nota Técnica nº 051/2021, concluindo que “a Conab aprimorou substancialmente seus controles contábeis, necessários a um fechamento de exercício, onde diversos procedimentos foram implantados e que já estão trazendo um efeito positivo para o fechamento dos exercícios subsequentes. Em relação ao exercício de 2019, este Comitê, independente de todos os trabalhos realizados para regularização das pendências constantes na Nota Técnica nº 024/2020, ainda ficou impossibilitado de fazer a supervisão do processo de auditoria independente da empresa contratada, citado no item “a”. Dessa forma, não é possível assegurar que foram realizados todos os procedimentos de auditoria necessários para cobrir os riscos que a companhia está exposta, podendo existir outros pontos relevantes que não foram elencados em nossa nota técnica. Vale ressaltar que como para os exercícios de 2020 e 2021 essa supervisão está sendo realizada e não estão aparecendo pendências diferentes das elencadas por este comitê, entendemos que a Conab obteve um nível de melhora significativa em relação ao compliance as normas de contabilidade”.

9) Após análise da documentação acima mencionada e ostensivo acompanhamento da matéria desde março de 2020, o Conselho de Administração da Conab (Consad) ressalta os seguintes pontos: I) O Comitê de Auditoria da Conab, instituído em maio de 2018, órgão que assessora o Consad, levantou ao Conselho pontos na contabilidade da Companhia que necessitavam melhor aprofundamento, conforme relatado anteriormente; II) além disso, revelaram-se deficiências no processo de contratação dos auditores da Conab que precisavam ser sanadas, como, previsão contratual de que o contratante e seus órgãos estatutários tivessem acesso aos papéis de trabalho da contratada; III) O Coaud coordenou a correção dessas deficiências e, pouco mais de um ano após tais trabalhos se iniciarem, constatou que as demandas foram adequadamente encaminhadas pela Companhia e atingiram a eficácia desejada a partir do segundo semestre do exercício de 2021; IV) Corroborando tal constatação, a Audin e o Coaud exararam notas técnicas nesse sentido, a 17/2021 e a 51/2021, respectivamente; V) também ao longo do segundo semestre deste ano, a atual auditoria externa tem

se manifestado pela correção das contas da Conab e, mantida essa situação até o final do exercício, é de se vislumbrar emissão de parecer sem ressalvas referente às demonstrações contábeis de 2021.

10) A avaliação do Consad sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2019, além de observar o critério do conservadorismo, no qual limita a análise à época dos fatos ocorridos, também se baseou na visão a posteriori das medidas envidadas as quais, como dito acima, foram eficazes.

Isto posto, após reunir-se com o Comitê de Auditoria, Auditoria Interna da Conab, Conselho Fiscal e Auditoria Independente, em 16/11/2021, em sua 16ª Reunião Extraordinária, o Conselho de Administração, considerando o conjunto das demonstrações contábeis referentes aos exercícios de 2019, 2020 e 2021 com qualidade adequada para apreciação das partes interessadas, e também considerando que a postergação da publicação desses documentos para eventual acerto de cunho meramente formal, além de não ter utilidade material aos interessados, que demandam informações tempestivas, acarretariam severos e injustificados danos à imagem da companhia, deliberou, por unanimidade dos membros presentes, pela APROVAÇÃO das demonstrações financeiras da Conab EXERCÍCIO 2019 COM RESSALVAS, quais sejam: 1) em relação aos controles internos e gestão de riscos nas atividades contábeis e financeiras da Conab, 2) em relação à ausência de exame pela auditoria independente do valor da provisão resultante do cálculo atuarial realizado pela auditoria contratada para tal fim; e 3) aos procedimentos de classificação dos processos judiciais passivos realizados pela Proge.

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CONAB

O Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em Reunião Extraordinária realizada nesta data, procedeu ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial Ajustado, da Demonstração do Resultado do Exercício, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração do Valor Adicionado, da Demonstração dos Fluxos de Caixa, da Demonstração do Resultado Abrangente, das Notas Explicativas e das Notas Explicativas Complementares às Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, após aprovação do Conselho de Administração – Consad da Companhia, constante do Parecer, de 16 de novembro de 2021, com as ressalvas apontadas, e com base no Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis - AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S, de 18 de fevereiro de 2020, no Relatório da Unidade de Auditoria Interna sobre as Demonstrações Contábeis da Conab – Exercício 2019, de 2 de março de 2020, na Nota Técnica Audin SEI nº 11/2021, de 26 de agosto de 2021, na Nota Técnica Audin SEI nº 17/2021, de 28 de outubro de 2021, e na Nota Técnica Coaud nº 51/2021, de 11 de novembro de 2021, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Conab, exceto pelos efeitos: dos assuntos descritos na seção intitulada “Base para opinião com ressalva” do Relatório da Unidade de Auditoria Interna sobre as Demonstrações Contábeis da Conab – Exercício 2019, de 2 de março de 2020, e na Nota Técnica Audin SEI nº 11/2021, de 26 de agosto de 2021; e das inconsistências sobre o cálculo atuarial e as contingências passivas, constantes

da Nota Técnica Coaud n.º 24/2020 – Retificada, de 13 de março de 2020.

Tomou, ainda, conhecimento da proposta de absorção do prejuízo apurado em 31 de dezembro de 2019 pela Reserva de Lucros, aprovada pelo Consad em seu Parecer, de 16 de novembro de 2021, e manifestou-se favoravelmente, conforme dispõe o inciso III do art. 163 da Lei nº 6.404/76.

Brasília-DF, 16 de novembro de 2021.

LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA
Presidente

JOÃO FRANCISCO ADRIEN FERNANDES
Conselheira Suplente

PAULO MOREIRA MARQUES
Conselheira Titular

MAXIMILIANO FERREIRA TAMER
Presidente do Conselho

EUDES DE GOUVEIA VARELA
Conselheiro

LUIZ ALBERTO CECÍLIO
Conselheiro

HUMBERTO CÉSAR MOTA MACIEL
Conselheiro

JOSÉ ANGELO MAZZILLO JUNIOR
Conselheiro

JOÃO PIRES DE CARVALHO JUNIOR
Conselheiro